

# I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



## CAPIVARINHAS NÃO SÃO SOZINHAS: OS LIVROS PARA INFÂNCIA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

**STEFANELLI; Francisca Alves da Silva**<sup>1</sup>

### RESUMO

Este resumo tem por objetivo geral a finalidade de pesquisar os livros para a infância sendo um artefato cultural que possa prevenir a violência sexual contra crianças. Os objetivos específicos são: verificar a contribuição dos livros para a infância no enfrentamento da violência sexual contra crianças; coletar os livros para a infância e as concepções de violência sexual contra crianças que são produzidas; selecionar e analisar os livros para a infância a partir do embasamento teórico no decorrer da pesquisa e das discussões que serão realizadas.

Para a escrita deste resumo foram selecionados 2 (dois) livros para a infância, voltando o olhar, principalmente, para os textos escritos e imagéticos a fim de identificar a contribuição no enfrentamento da violência sexual contra crianças. Os livros selecionados foram: *Capivarinhas não são sozinhas: uma história de amizade* (Oliveira, 2020) e *Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual na infância* (Arcari, 2013). A fundamentação teórica baseia-se nos Estudos de Gênero, Estudos Culturais, Estudos Feministas e pressupostos foucaultianos.

Será realizada uma pesquisa documental que compreende os livros para a infância como artefatos culturais que discutem, produzem e/ou reproduzem saberes e valores que muitas vezes regulam modos de ser e agir, constituindo identidades, bem como artefatos culturais para a prevenção da violência sexual contra crianças. Com este resumo esperamos que os livros para a infância sejam potentes artefatos culturais e educativos carregados de informações para a prevenção da violência sexual contra crianças.

A questão da violência contra a criança necessita de uma perspectiva multidimensional, com aspectos conceituais, legais, pedagógicos, psicológicos, sociais, culturais, históricos, entre outros, visto que se trata de um fenômeno de muita complexidade (XAVIER FILHA, 2012, p. 134).

A principal problemática em relação à violência sexual contra crianças é o sigilo e os tabus que a cercam. É uma violência de poder onde o agressor manipula os sentimentos da criança, brinca com suas fraquezas, suas necessidades e também com sua inocência, por isso é tão difícil para a criança comunicar ou saber identificar como tal.

Falar sobre o assunto é necessário e insubstituível, por isso é melhor começar o mais cedo possível explicando conceitos como consentimento ou autonomia desde os primeiros anos. Conversar sobre seu corpo e sua privacidade para que saiba como detectar se alguém está invadindo sua privacidade. A educação para a sexualidade vai além das práticas sexuais, tratando-se de modos de ser, de se expressar e de se relacionar.

Quando inserida na escola, discute e interage diferentes saberes, possibilitando uma visão crítica e sem preconceitos, possibilitando as crianças desenvolverem atitudes e conhecer seu corpo.

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Educação -Corumbá-MS, fransilvastefanelli@gmail.com

O livro para a infância é uma ferramenta de informação que passa a ser também um instrumento de percepção e prevenção para que a criança compreenda se está em situação vulnerável de violência ao comparar com sua própria realidade. A infância é uma das fases mais importantes do desenvolvimento humano e um evento traumático nesta fase pode ser determinante para a fase adulta, sendo importante protegê-la.

A violência sexual contra crianças pode ser compreendida como toda situação na qual a vítima é coagida a participar de uma prática sexual, com contato físico ou não, sendo tratada como objeto sexual a fim de atender aos desejos do/a agressor/a (SPAZIAN, 2020, p.265).

O abuso sexual é definido pela Lei 13.431, de 4 de abril de 2007, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou terceiro (BRASIL, 2017).

Tendo como problemática a contribuição dos livros para a infância no enfrentamento da violência sexual contra crianças, alguns questionamentos nortearão nossa análise para as fontes que serão analisadas e selecionadas: Quais as contribuições dos livros para a infância no enfrentamento da violência sexual contra crianças?

O livro *Capivarinhas não são sozinhas; uma história de amizade* (Oliveira, 2020) foi escrito pela jornalista e advogada Ana Maria Assis<sup>[1]</sup>, que vivenciou inúmeros casos de violência sexual contra crianças e queria transformar em algo útil e menos doloroso toda a tristeza que ela sentia ao ter contato com crianças e famílias de crianças vítimas de violência sexual. O livro foi lançado no dia 20 de maio de 2020 e se encontra gratuito através da plataforma online da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul<sup>[2]</sup>, sendo uma das ações da campanha “Maio Laranja”, no mês de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O livro traz uma mãe capivara e duas filhas capivarinhas. A mãe capivara precisou ir trabalhar e deixou as duas filhas com o tio Dentiré. Mas a mãe capivara tinha instruído suas filhas se algo acontecesse era para chamar a vizinha Onçana. “Mas quando a mãe saiu de perto. Alguma coisa aconteceu. O tio Dentiré não estava agindo certo, como ele prometeu” (OLIVEIRA, 2020, p. 9). O livro narra algumas tentativas do tio Dentiré em iniciar uma violência sexual contra as irmãs capivarinhas, oferecendo doce, pedindo para ver as “partes íntimas” do corpo das irmãs, tirar fotos das duas e ver suas calcinhas e fazer carinho, conforme o trecho do livro “No começo, ele ofereceu um doce, e uma capivarinha quis. Mas depois ele pedia coisas que não deixava ninguém feliz” (OLIVEIRA, 2020, p. 10). Em outro momento, as irmãs capivarinhas relatam: “Tem partes do nosso corpo que a gente não pode deixar mexer. E o tio Dentiré ficava pedindo toda hora pra ver!” (OLIVEIRA, 2020, p. 11). O livro mostra as irmãs capivarinhas pedindo ajuda para a vizinha Onçana, sob orientação da mãe capivara. E, assim, evitaram ser vítimas de violência sexual pelo próprio tio. O livro é campo fértil para mostrar as diversas formas de violência sexual, como: tocar, beijar, acariciar e tirar fotos nua da criança, conforme o livro mostra “E assim a preocupação tomou conta das capivarinhas. Ele queria até tirar foto das duas e ver suas calcinhas!” (OLIVEIRA, 2020, p. 12). O livro pode ser utilizado como estratégia para discutir com as crianças sobre as situações de violência sexual e que as crianças devem ser informadas sobre os adultos que podem fazer parte de sua rede de segurança. Elas devem ser encorajadas a escolher adultos em quem possam confiar, que estejam disponíveis e dispostos a ouvi-las e ajudá-las. “Mais do que depressa, uma delas correu no portão. Ela chamou a vizinha Onçana, que deu total atenção!” (OLIVEIRA, 2020, p. 15). Adultos que não precisam ser da família, mas também podem ser profissionais (professores, assistentes sociais, médicos, psicólogo, etc.) aos quais podem ser acessados através de números gratuitos.

O livro *Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual na infância* (Arcari, 2013)<sup>[3]</sup>, é uma ferramenta de proteção que explica para crianças a partir de 4 anos de idade conceitos sobre o corpo, sentimentos e emoções. A autora inicia a história com dois monstros (Pipo e Fifi) que apresenta como é formado o corpo humano, mostrando que há uma diferença entre os monstros (masculino e feminino). O livro aborda uma questão muito importante a ser trabalhada com as crianças: o toque no corpo. A Monstrinha Fifi responsável por mostrar as crianças o “Toque do SIM”, que significa o toque que está relacionado ao carinho, ao conforto e que todos nós podemos receber. O Monstrinho Pipo é responsável por nos apresentar o “Toque do NÃO”, que nesse caso significa o

toque que deixa a criança desconfortável e que pode causar medo e insegurança. No desenrolar da história, Pipo e Fifi falam como é importante a criança ter autonomia sobre o seu próprio corpo, sendo que a mesma pode sim dizer quando algo a deixa em situação desagradável. A história também aponta como é importante sempre ter um adulto de confiança para relatar o “Toque do NÃO” caso ele venha acontecer (no caso essa pessoa de confiança no livro é a professora). No final a autora escreve sobre a rede de proteção que auxilia e acolhe caso o “toque do não” aconteça, que é a escola, o Conselho Tutelar e até mesmo uma Unidade de Saúde próxima a sua casa. Através deste livro, podemos ensinar às crianças que seu corpo pertence a elas e que ninguém pode tocá-las sem sua permissão. Comunicação aberta e direta desde cedo sobre sexualidade e as “partes íntimas do corpo”, usando os nomes corretos para os órgãos genitais e outras partes do corpo ajudará as crianças a entender o que não é permitido. Este livro é uma ferramenta muito importante na prevenção do violência sexual, pois traz dicas importantes de como a mesma deve ser trabalhada, trazendo informação eficaz de prevenção, diminuindo a vulnerabilidade das crianças. O texto do livro é todo rimado, tornando uma leitura atrativa e divertida. O livro aponta caminhos para o diálogo, proteção e ajuda, tornando as crianças mais seguras e felizes para enfrentar os desafios da atualidade.

Os 2 (dois) livros selecionados abordam a importância de ensinarmos para as crianças os nomes corretos das genitais e que são partes íntimas do corpo que ninguém deve tocar; que não podem ser forçadas a tocar as genitais de outra pessoa; e que não podem ser forçadas a beijar pessoas que não querem. Os livros também ensinam as crianças que as áreas cobertas por suas roupas íntimas são privadas e ninguém deve tocá-las, que existem segredos bons e ruins e se alguém pedir para não contar as mães/pais ou responsáveis é porque é ruim, se alguém quiser tocar as partes íntimas deve dizer não e dizer a alguém que confia e que deve se afastar se alguém quiser abraçar, beijar e tocar e fizer se sentir desconfortável.

A questão da violência contra a criança necessita de uma perspectiva multidimensional, com aspectos conceituais, legais, pedagógicos, psicológicos, sociais, culturais, históricos, entre outros, visto que se trata de um fenômeno de muita complexidade (XAVIER FILHA, 2012, p. 134).

O abuso sexual é definido pela Lei 13.431, de 4 de abril de 2007, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou terceiro (BRASIL, 2017).

A violência sexual infantil é um problema social, moral e de saúde pública, podendo ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar, quanto extrafamiliar. As consequências da violência sexual infantil está presente em todos os aspectos da condição humana, deixando marcas físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras, que poderão comprometer a vida da vítima.

Para Xavier Filha (2009), violência sexual contra crianças é uma construção histórica, multifacetada e permeada de valores. As violências sexuais contra crianças tiveram diversas concepções no transcorrer do processo histórico, sendo uma realidade extremamente preocupante, logo, é necessário discutir com as crianças sobre o assunto.

A violência sexual infantil viola os direitos da criança, prejudicando sua saúde, bem-estar e desenvolvimento, e aumenta sua vulnerabilidade a outros tipos de violência. Apesar disso, continua um problema silencioso que atinge as crianças e, de certa forma, proporciona prazer sexual, estimulação ou gratificação sexual a um/a adulto/a, que utiliza uma criança para o prazer, tirando partido da sua situação superior.

Os livros também ensinam as crianças que as áreas cobertas por suas roupas íntimas são privadas e ninguém deve tocá-las, que existem segredos bons e ruins e se alguém pedir para não contar as mães/pais ou responsáveis é porque é ruim, se alguém quiser tocar as partes íntimas deve dizer não e dizer a alguém que confia e que também deve se afastar se alguém quiser abraçar, beijar, tocar ou fizer se sentir desconfortável.

A violência sexual contra crianças refere-se a qualquer ação que prejudique, limite ou viole

a liberdade e a integridade sexual das crianças. Violência sexual contra crianças e adolescentes é

qualquer contato sexual direto ou indireto de outra pessoa, seja em termos de idade, maturidade ou poder, praticado contra criança, com a finalidade de obter lucro, vantagens ou prazer, submetendo-a pelo exercício do poder físico, psicológico ou pecuniário.

Uma das formas mais importantes para prevenir a violência é discutir o problema e a escola pode desempenhar um importante papel para essa discussão. Desse modo, o trabalho com a educação para a sexualidade pode proporcionar o diálogo e a discussão dos preconceitos e até mesmos interferir nos casos de violência sexual contra crianças.

A educação para a sexualidade problematiza práticas e conceitos naturalizados em nossa sociedade, como a constituição da identidade heterossexual como única forma de vivência da sexualidade, bem como as múltiplas formas de violência. Além disso, possibilita que novas questões sejam acionadas, como a vivência dos prazeres e desejos, a curiosidade, fugindo-se de padrões, normas e regras. Pensar na 'Educação para a Sexualidade' enquanto proposta conceitual e pedagógica é uma forma de se apresentar a transitoriedade de nossas identidades, denunciar as violências já tão banalizadas e naturalizadas em nossa sociedade.

Considera-se que as formas de violência contra crianças são atravessadas por questões de gênero, para a construção de determinados modos de se exercer as masculinidades e as feminilidades, bem como as relações desiguais de poder que esses investimentos sociais acarretam. Portanto, é fundamental compreendermos também o conceito de gênero<sup>[4]</sup> como uma construção analítica e política.

Outro campo teórico importante para a pesquisa são os Estudos Feministas, pois nos ajudam a compreender historicamente como o Gênero se constituiu como categoria de análise, a partir de conceitos e reivindicações de movimentos feministas "e seu carácter político" (LOURO, 1997, p. 19). De acordo com Louro:

Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. (LOURO, 1997, p. 24).

Sendo assim, o pertencimento a diferentes grupos étnicos, sexuais, de classe e de gênero é o que constitui o sujeito. O gênero institui a identidade do sujeito. Furlani destaca que "os estudos feministas estavam (estão) assumidamente interessados em mostrar as desigualdades entre homens e mulheres, inclusive do fazer científico - da Ciência" (FURLANI, 2012, p. 296).

Nesta esteira, os Estudos de Gênero tornaram-se um campo de pesquisa bastante atual que compôs com o campo de estudos feministas. A trajetória do feminismo é destacada pelo confronto e resistências com aqueles e aquelas que usam o conceito de gênero como justificativas biológicas para marcar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres.

Segundo Louro (1997), no decorrer da década de 1970 um grupo de estudiosas anglo-saxãs começaram a utilizar o termo *gender*, que traduzido para a nossa língua significa gênero, como conceito que veio romper com a 'colagem' de um determinado gênero a um sexo anatômico.

Segundo Louro, é preciso entender "o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos" (LOURO, 1997, p. 24-25), destacando que os sujeitos possuem não somente uma, mas várias identidades e que as mesmas podem apresentar caráter transitório, pois se modificam ao longo do tempo.

O conceito de gênero demonstra que as identidades são construídas social e culturalmente, contrapondo qualquer explicação naturalista apoiada em conceitos biológicos dos comportamentos de homens e mulheres. Ainda, de acordo com Louro:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim com a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite que as diferentes instituições e

práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros [...]. (LOURO 1997, p. 25).

O gênero é parte constituinte do modo como os sujeitos vão construindo suas identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo em relações sociais atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas.

Connell (1995, p. 189) aborda o conceito de gênero como “a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”.

Nos estudos de Scott (1995), a autora destaca que, quando refletimos a respeito dos papéis femininos e masculinos na sociedade, não estamos colocando em oposição homens e mulheres, mas sim aprofundando a necessidade de desconstruir a supremacia do gênero masculino sobre o feminino em busca de uma igualdade política e social, bem como de classe e raça.

Desta maneira, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86): é uma forma de pensar para além de um instrumento descritivo, escapando do dualismo do binômio homem/mulher, masculino/feminino.

Louro refere-se ao gênero como o “modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (LOURO, 1997, p. 77). Portanto, não é a diferença sexual entre homens e mulheres que delimita as questões de gênero, e sim os modos como ela são apresentadas na nossa cultura e a maneira de falar e pensar sobre o assunto.

As formas de constituir o masculino ou o feminino, como destaca, são demarcadas e construídas socialmente, segundo Louro (1997). O ser masculino e ser feminino não existem naturalmente e sim são construções.

De acordo com Goellner (2012, p. 109) “Por gênero entende-se a condição social através da qual nos identificamos como masculinos e femininos”. A autora relata que “o gênero, é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino”.

Ainda segundo a autora:

Quando dizemos a um menino que ele não deve chorar porque isso é coisa de mulher ou, ainda, quando ensinamos as meninas que elas não devem participar de brincadeiras que exijam força porque isso é para homens, estamos reforçando modos de ser masculino e feminino que são comumente aceitos como normais e desejáveis na nossa cultura. (GOELLNER, 2012, p. 109).

O conceito de gênero é entendido como uma construção social e nessa perspectiva que consideramos fundamental analisar os livros para a infância como ferramenta de estudo na educação para a sexualidade como estratégia de enfrentamento à prevenção da violência sexual infantil.

O conceito de gênero vai além das desigualdades entre homem e mulher e sob as diferenças biológicas em um processo de reconhecimento das identidades femininas e masculinas como construções sociais carregadas de poder.

Para Meyer o “Gênero aponta para a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres” (MEYER, 2008, p. 16).

Segundo Simone Beauvoir (1980), não nascemos homens e mulheres, mas nos tornamos homens e mulheres por meio das convivências sociais: sejam elas na família, na escola, na igreja, enfim, em inúmeras instituições diferenciadas.

O conceito também acentua que, como nascemos e vivemos em tempos, lugares e circunstâncias específicos, existem muitas e conflitantes formas de definir e viver a feminilidade e a masculinidade (MEYER, 2008, p. 17).

Desse modo, a nossa cultura constitui e distingue o sujeito feminino e masculino. Meyer chama atenção ainda para o fato que o “Gênero introduziu mais uma mudança que continua sendo, ainda hoje, alvo de polêmicas importantes no campo feminista” (MEYER, 2008, p. 17). Há muitas relações de poder entre homens e mulheres e são muitas as formas sociais e culturais que colaboram com a constituição desse sujeito de gênero.

Segundo Meyer (2008), há uma necessidade de perceber o gênero não como uma simples forma de perceber atitudes para mulheres e homens, mas sim de examinar como é vista essa diferença, deixar de focar, de forma isolada, aquilo que mulheres ou homens fazem ou podem fazer ou os processos educativos pelos quais seres humanos se constituem ou são transformados em mulheres e homens, mas considera-se a necessidade de examinar os diferentes modos pelos quais o gênero opera. Com isso,

quando nos dispomos a discutir a produção de diferenças e de desigualdades de gênero, considerando-se todos estes desdobramentos do conceito, também estamos, ou deveríamos estar, de algum modo, fazendo uma análise de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos como diferentes, em função tanto de seu gênero quanto em função de articulações de gênero com raça, sexualidade, classe social, religião, aparência física, nacionalidade, etc. (MEYER, 2008, p.19).

O conceito de gênero se refere também ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou como são trazidas para a prática social e tornadas partes do processo histórico.

Neste resumo utilizamos o termo os livros para a infância, pois são artefatos culturais de prevenção da violência sexual contra crianças. São inúmeros os artefatos culturais que são inseridos dentro do contexto escolar como: brinquedos, filmes, músicas e os livros para a infância, além de entretenimento e distração, eles também podem ser poderosos instrumentos para normalizar padrões, com discursos que muitas vezes reiteram e reafirmam a questão de gênero como natural e a heteronormatividade como modelo único a ser seguido.

Segundo Guerra,

os artefatos culturais fazem parte de um currículo cultural, [...] não podem ser vistos somente como diversão e prazer, mas merecem ser olhadas de forma crítica, pois fazem parte do cotidiano das crianças e estão atravessadas por definições de condutas, de comportamentos e de sentimentos considerados adequados socialmente para meninos e meninas, contribuindo na constituição das identidades de gêneros e sexuais. (GUERRA, 2005, p. 70).

Desta maneira, os artefatos culturais vêm sendo acionados na educação das crianças propondo maneiras de educar os meninos e as meninas. Na mesma perspectiva, Sabat conceitua “um artefato cultural que comporta uma pedagogia destinada a ensinar procedimentos, a regular conduta, a direcionar desejos e comportamentos” (SABAT, 2008, p. 149). Segundo a autora, os inúmeros artefatos existentes têm como principal função con/formar os sujeitos, adaptando-os de acordo com as normas sociais.

A violência sexual contra crianças é uma das formas mais graves de violência, que tem efeitos devastadores na vida da criança que sofre ou sofreu este tipo de violência. Porém, essas práticas, que sempre ocorreram na história da humanidade, só passou a ser considerada como um problema que transgride as normas sociais quando foi avaliado seu impacto e as consequências negativas que têm na vida e no desenvolvimento das crianças vítimas e pelo fato da criança ser reconhecida como sujeito de direitos.

A violência sexual contra crianças implica a transgressão dos limites íntimos e pessoais da

criança, incluindo o contato sexual, mas também atividades sem contato diretos como o exibicionismo, a exposição de meninos ou meninas a material pornográfico, o aliciamento, o uso ou manipulação de crianças para a produção de material visual de conteúdo sexual.

Qualquer forma de violência sexual contra crianças é um problema social que tem consequências em sua vida, em seu ambiente e em cada um dos contextos em que que a criança vítima desenvolve. O conhecimento da realidade da violência sexual e da dinâmica social é essencial, cultural e familiar que favorece o seu aparecimento e os fatores de risco.

O livro para a infância é um artefato cultural para a prevenção da violência sexual contra crianças, que passa a ser também um instrumento de percepção para que a criança compreenda se está em situação vulnerável de violência, comparando com sua própria realidade.

Diante do exposto, o livro para a infância é considerado uma ferramenta para trabalhar o conceito de gênero e à prevenção da violência sexual infantil. Segundo Xavier Filha (2014) independentemente de serem considerados literatura, todos educam, de alguma forma.

Os livros para a infância como artefatos culturais contêm uma carga de significados, trazendo marcas de classe, etnia, religião, gênero, sexualidade, que estão presentes no dia a dia escolar, intercalando "silenciamento" de vozes, integrando e legitimando, definindo representações e identidades.

Por todas as razões aqui expressas, essa temática deve ser problematizada, visto que os livros para a infância se enquadram como um potente artefato cultural que trás em seus textos e ilustrações conceitos que promovem a reflexão e a autorreflexão direcionados a violência sexual contra crianças.

A pesquisa documental, norteará as análises dos livros para a infância facilitando descrever e analisar os livros para a infância selecionados por meio do questionamento sobre essas fontes como, por exemplo: Quais as contribuições dos livros para a infância na prevenção da violência sexual contra crianças?

A primeira etapa consiste no levantamento e seleção bibliográfica de artigos, noticiários, boletins e trabalhos divulgados, apoiando nos pressupostos da pesquisa pós- estruturalista, pós-crítica e nas fundamentações dos Estudos Feministas, Estudos Culturais e Estudos de Gênero.

A segunda etapa consiste na coleta dos livros para a infância para evidenciar, analisar e problematizar as concepções de violência sexual contra crianças que são produzidas em textos e ilustrações. Para facilitar a coleta, serão elaboradas fichas de análises, sendo fundamental para detalhar os conteúdos dos livros e facilitar a discussão da problemática do que procuramos analisar, voltando nossos olhares para os textos escritos e imagéticos, a fim de identificarmos como a violência sexual contra crianças são produzidas.

A elaboração da ficha de análise terá os seguintes segmentos: dados de identificação (referência bibliográfica, autor/a, ilustrador/a, edição e editora), descrição do texto da obra, apresentação da capa da obra com sua descrição e um breve resumo.

A terceira etapa será a análise dos livros para a infância a partir do embasamento teórico no decorrer da pesquisa e das discussões que serão realizadas.

Não temos a pretensão de buscar respostas e certezas neste projeto de pesquisa de tese, mas sim possibilitar a problematização dos saberes que são produzidos nos livros para a infância. Os livros para a infância vêm se tornando um campo fértil para discussões e problematizações sobre a violência sexual contra crianças.

Os livros para a infância, nesta pesquisa, serão selecionados e analisados atentando detalhadamente aos textos escritos e/ou imagéticos, procurando identificar como a violência sexual contra crianças são tratadas visando a comunicação com a criança leitora. Serão produzidas e/ou reproduzidas fichas de análise, a fim de descrever e detalhar os conteúdos dos livros, para facilitar a discussão da problemática do que procuramos analisar.

Destacamos a necessidade de pesquisas como essa para estabelecer medidas e ações de prevenção e cuidado em todas as áreas responsáveis pela proteção das crianças para promover

uma resposta adequada às suas necessidades como vítimas deste crime. Esperamos que essa pesquisa venha contribuir tanto no meio acadêmico, como no âmbito de futuras pesquisas referentes aos livros infantis e a violência sexual contra crianças, bem como de outros livros e demais artefatos culturais para a infância.

Ao questionar e problematizar os livros, urge pensá-los para trabalhar conceitos importantes para a constituição das subjetividades, como questões de gênero, educação para a sexualidade, sexualidade e violência sexual, dentre outros tantos assuntos que propiciem aprender muito sobre a diversidade de opiniões que são construídas.

## Referências

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi**: Prevenção de violência sexual na infância. Ilustrações de Isabela Santos. 2013. Disponível em: [http://www.institutoapicedown.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Pipo\\_Fifi.pdf](http://www.institutoapicedown.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Pipo_Fifi.pdf). Acesso em: 2 abril 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/463645/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CONNELL, Robert William. **Políticas da masculinidade**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

FELIPE, Jane. Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

FURLANI, Jimena. Brinquedos infantis e respeito aos animais domésticos - estratégias a uma educação sexual infantil voltada a equidade de gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: reflexões necessárias para pensar a educação da infância. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

GUERRA, Judite. **Dos “segredos sagrados”**: gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes.

**Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Assis de. **Capivarinhas não são sozinhas**: uma história de amizade. Ilustrações de Luciana Kawassaki. Gerência de Mídias Sociais da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), 2020. Disponível em: [https://al.ms.gov.br/upload/Pdf/2020\\_05\\_19\\_01\\_53\\_53\\_capivarinhas-nao-sao-sozinhas-internet.pdf](https://al.ms.gov.br/upload/Pdf/2020_05_19_01_53_53_capivarinhas-nao-sao-sozinhas-internet.pdf). Acesso em: 10 abril 2024.



SABAT, Ruth Ramos. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **As dimensões de gênero na produção da violência sexual contra crianças**. Revista Gênero. Niterói, v. 21, n. p. 265-284, 2. sem 2020.

XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

XAVIER FILHA, Constantina. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n.1/2014, p. 153-16 9. Editora UFPR, 2014.

[1] Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/capivarinhas-abordam-o-delicado-tema-do-abuso-sexual-infantil>. Acesso em: 20 julho 2024.

[2] Disponível em: [https://al.ms.gov.br/upload/Pdf/2020\\_05\\_19\\_01\\_53\\_53\\_capivarinhas-nao-sao-sozinhas-internet.pdf](https://al.ms.gov.br/upload/Pdf/2020_05_19_01_53_53_capivarinhas-nao-sao-sozinhas-internet.pdf) Acesso em: 10 abril 2024.

[3]Disponível em: [http://www.institutoapicedown.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Pipo\\_Fifi.pdf](http://www.institutoapicedown.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Pipo_Fifi.pdf) Acesso em: 02 abril 2024.

[4] A fundamentação teórica é parte reescrita e reelaborada da dissertação de mestrado: STEFANELLI, Francisca Alves da Silva. **“As feminilidades nos livros para a infância do Acervo das obras complementares do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa”**. UFMS/Campus de Corumbá, 2015 [Dissertação de Mestrado] Orientação da Profª Drª Constantina Xavier Filha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência Sexual, Gênero, Livro para a infância